
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NOTAS EXPLICATIVAS**

Handwritten signatures and initials in blue ink.

2020

Prestação de contas



Balanço e Demonstração de resultados

com

-Demonstração de Fluxos de Caixa

-Demonstração individual das alterações dos Fundos Patrimoniais

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA NIPC: 506610624

Balanço Individual a 31 de dezembro de :

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		Periodos	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	14 596 890,25	14 840 136,01
Activos intangíveis	6	8 070,06	13 473,24
Investimentos financeiros	17.1	31 286,81	23 905,18
		14 636 247,12	14 877 514,43
Activo corrente			
Inventários	9	3 075,04	4 437,56
Creditos a receber	17.3	84 983,22	66 739,04
Estado e outros entes públicos	17.10	54 805,34	16 478,97
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Memb	17.2	0,00	0,00
Outros ativos correntes	17.4	970 647,42	1 160 639,05
Diferimentos	17.5	15 254,80	27 453,93
Caixa e depósitos bancários	17.7	193 261,85	136 856,55
		1 322 027,67	1 412 605,10
Total do ACTIVO		15 958 274,79	16 290 119,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E EPASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.8	575 579,75	575 579,75
Resultados transitados		(1 410 833,95)	(1 453 129,87)
Excedentes de revalorização		11 185 393,08	11 185 393,08
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais		1 858 554,05	1 960 945,68
Resultado líquido do período		(32 947,04)	42 295,92
Total dos Fundos Patrimoniais		12 175 745,89	12 311 084,56
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	1 039 299,54	1 666 602,61
		1 039 299,54	1 666 602,61
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	220 803,09	171 154,61
Estado e outros entes públicos	17.10	71 508,77	63 559,63
Financiamentos obtidos	8	966 784,88	449 649,55
Outros passivos correntes	17.11	556 787,64	543 723,30
Diferimentos	17.5	927 344,98	1 084 345,27
		2 743 229,36	2 312 432,36
Total do Passivo		3 782 528,90	3 979 034,97
Total do dos Fundos Patrimoniais e Passivo e do Passivo		15 958 274,79	16 290 119,53

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

GR AP
AR

2020

Prestação de contas



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração dos resultados por naturezas no período findo em 31 de dezembro de:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade monetária (1)		
		Períodos		
		2020	2019	
Vendas e serviços prestados	+	10	898 354,28	967 568,16
Subsídios doações e legados à exploração	+	12	3 175 749,19	3 082 344,50
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9	(151 191,72)	(169 940,99)
Fornecimentos e serviços externos	-	17.13	(594 978,43)	(689 006,88)
Gastos com pessoal	-	15	(2 920 886,82)	(2 767 993,60)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	11		0,00
Outros rendimentos	+	17.14	155 153,68	204 586,80
Outros gastos	-	17.15	(127 982,75)	(147 144,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		434 217,43	480 413,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+		(423 802,74)	(384 947,28)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		10 414,69	95 465,76
Juros e gastos similares suportados	-	17.16	(43 361,73)	(53 169,84)
Resultado antes de impostos	=		(32 947,04)	42 295,92
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
Resultado líquido do período	=		(32 947,04)	42 295,92

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em:

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Períodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	+	869 873,61	1 093 711,47
Pagamentos a fornecedores	-	(1 047 471,66)	(963 345,50)
Pagamentos ao pessoal	-	(1 946 894,87)	(1 796 937,93)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(2 124 492,92)	(1 666 571,96)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	2 323 668,77	2 070 854,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	199 175,85	404 282,05
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(92 224,45)	(39 146,49)
Activos intangíveis	-		(16 725,00)
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros			
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	(92 224,45)	(55 871,49)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		25 570,41
Realizações de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	107 102,01	141 049,61
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(147 184,78)	(444 284,83)
Juros e gastos similares	-	(10 463,33)	(53 169,84)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	(50 546,10)	(330 834,65)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	56 405,30	17 575,91
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	136 856,55	119 280,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	193 261,85	136 856,55

2020

Prestação de contas



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020							Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2020	1	575 579,75	(1 453 129,87)	11 185 393,08	1 960 945,68	42 295,92	12 311 084,56	12 311 084,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		42 295,92		(102 391,62)	(42 295,92)	(102 391,62)	(102 391,62)	(102 391,62)
	2	42 295,92	0,00	(102 391,62)	(42 295,92)	(102 391,62)	(102 391,62)	(102 391,62)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(32 947,04)	(32 947,04)	(32 947,04)	(32 947,04)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(75 242,96)	(135 338,66)	(135 338,66)	(135 338,66)
Outras operações	5	Erro de mapa 2019			(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
POSIÇÃO NO FIM DE 2020	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 410 833,95)	11 185 393,08	1 858 554,05	(32 947,04)	12 175 745,89	12 175 745,89

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019							Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2019	1	575 579,75	(1 585 086,36)	11 185 393,08	2 020 456,79	84 199,28	12 280 542,54	12 280 542,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		84 199,28		(59 511,11)	(84 199,28)	(59 511,11)	(59 511,11)	(59 511,11)
	2	84 199,28	0,00	(59 511,11)	(84 199,28)	(59 511,11)	(59 511,11)	(59 511,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				42 295,92	42 295,92	42 295,92	42 295,92
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(41 903,36)	(17 215,19)	(17 215,19)	(17 215,19)
Outras operações	5	Retificação do resultado transitado de 2017				47 757,21	47 757,21	
POSIÇÃO NO FIM DE 2019	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 453 129,87)	11 185 393,08	1 960 945,68	42 295,92	12 311 084,56	12 311 084,56

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

**Anexos e Notas
às demonstrações financeiras
a 31 de dezembro**

Handwritten initials and the year 2020.

2020

Prestação de contas



Índice

Nota	Pág. nº
1 Identificação da Entidade	1
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	1
3 Principais Políticas Contabilísticas	1
3.1 Bases de Apresentação	1
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	2
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	6
5 Ativos Fixos Tangíveis	7
6 Ativos Intangíveis	8
7 Locações	9
8 Custos de Empréstimos Obtidos	9
9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9
10 Rédito	9
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	10
12 Subsídios,doações e legados à exploração	10
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	10
14 Imposto sobre o Rendimento	11
15 Gastos com o pessoal	11
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
17 Outras Informações	11
17.1 Investimentos Financeiros	11
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11
17.3 Créditos a receber	12
17.4 Outros activos correntes	12
17.5 Diferimentos	12
17.6 Outros Ativos Financeiros	12
17.7 Caixa e Depósitos Bancários	12
17.8 Fundos Patrimoniais	13
17.9 Fornecedores	13
17.10 Estado e Outros Entes Públicos	13
17.11 Outros passivos correntes	14
17.12 Outros Passivos Financeiros	14
17.13 Fornecimentos e serviços externos	14
17.14 Outros rendimentos	15
17.15 Outros gastos	15
17.16 Juros e gastos similares suportados	16
17.17 Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

A “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL”, instituição sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública a 30 de outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República nº.299 de 23 de dezembro de 2004, Série III, sito em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projetos de vida e o pleno exercício da cidadania.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;

Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015 de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas

demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

O relato dos ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, de acordo com os critérios que têm vindo a ser adotados nos últimos exercícios.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a dois anos.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxu englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

3.2.8 Rédito

O rédito é proveniente da venda de bens, prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.9 Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.10. Benefícios dos empregados

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários, contribuições para a regimes de proteção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efetuados diretamente aos mesmos.

São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários.

3.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.12. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável.

Handwritten signature and initials

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, evidenciando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras variações, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2020								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial		3 425 021,03	14 390 998,76	682 980,15	136 611,09	142 676,15	4 220,00	44 758,27	0,00	18 827 265,45
Aquisições				48 445,09	105 209,98		1 378,00	13 812,62		168 845,69
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações			6 308,11							6 308,11
Saldo final		3 425 021,03	14 397 306,87	731 425,24	241 821,07	142 676,15	5 598,00	58 570,89	0,00	19 002 419,25
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial		0,00	3 039 253,30	659 408,62	116 367,85	141 688,28	3 470,00	26 941,39	0,00	3 987 129,44
Depreciações do exercício			366 902,75	15 422,75	31 629,67	861,50	719,50	2 863,39		418 399,56
Alienações										0,00
Outras variações										0,00
Alienações										0,00
Saldo final		0,00	3 406 156,05	674 831,37	147 997,52	142 549,78	4 189,50	29 804,78	0,00	4 405 529,00
Activo Líquido	0,00	3 425 021,03	10 991 150,82	56 593,87	93 823,55	126,37	1 408,50	28 766,11	0,00	14 596 890,25

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2019								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial		3 425 021,03	14 144 441,62	680 230,72	111 040,68	140 091,58	4 220,00	36 516,19	231 952,43	18 773 514,25
Aquisições				2 749,43	25 570,41	2 584,57		8 242,08		39 146,49
Transferências			231 952,43							0,00
Alienações										0,00
Outras Variações			14 604,71							14 604,71
Saldo final		3 425 021,03	14 390 998,76	682 980,15	136 611,09	142 676,15	4 220,00	44 758,27	0,00	18 827 265,45
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial		0,00	2 672 981,37	652 492,11	111 040,68	140 826,84	3 095,00	24 997,92	0,00	3 605 433,92
Depreciações do exercício			366 271,93	6 916,51	5 327,17	861,44	375,00	1 943,47		381 695,52
Alienações										0,00
Outras variações										0,00
Alienações										0,00
Saldo final		0,00	3 039 253,30	659 408,62	116 367,85	141 688,28	3 470,00	26 941,39	0,00	3 987 129,44
Activo Líquido	0,00	3 425 021,03	11 351 745,46	23 571,53	20 243,24	987,87	750,00	17 816,88	0,00	14 840 136,01

(1) - Euro

2020

Prestação de contas



6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2020			
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial		32 712,34			32 712,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		32 712,34			32 712,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial		19 239,10			19 239,10
Depreciações do exercício		5 403,18			5 403,18
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		24 642,28			24 642,28
Activo Líquido	0,00	8 070,06	0,00	0,00	8 070,06

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2019			
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Aquisições		16 725,00			16 725,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		32 712,34			32 712,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Depreciações do exercício		3 251,76			3 251,76
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		19 239,10			19 239,10
Activo Líquido		13 473,24			13 473,24

(1) - Euro



7 Locações

A Entidade adquiriu em 2020 duas viaturas comerciais da marca FIAT, modelo DUCATO por **105.209,98** euros, comparticipadas integralmente pelas Camaras de Lisboa e Oeiras, sem necessidade de recurso a qualquer locação financeira ou operacional.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de dezembro de 2020 o plano de reembolso dos empréstimos, perspetivado para o ano de 2021 ascende a 966.784,88 euros, conforme quadro seguinte:

	Financiamentos obtidos		2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Financiamento Novo Banco nº 077027116	753 744,17 €		203 854,92 €	600 980,52 €
Financiamento M. G. nº 00361002249	208 040,71 €		64 631,64 €	159 649,51 €
Emprestimo BPI nº 5447868830001		983 402,54 €	127 630,80 €	887 812,59 €
Emprestimo BPI nº 5447868830003		38 380,24 €	49 910,40 €	1 025,58 €
Total - saldo conta 2513		17 516,76 €	4 661,46 €	17 134,41 €
Total -saldo conta 258	5 000,00 €	0,00 €	-1 039,67 €	
Totais	966 784,88 €	1 039 299,54 €	449 649,55 €	1 666 602,61 €

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava os seguintes valores:

CMVMC	2020	2019
Existências iniciais	4 437,56	0,00
Compras	131 344,16	188 757,11
Regularizações de existências	18 485,04	-14 378,56
Existências finais	3 075,04	4 437,56
Custo do exercício	151 191,72	169 940,99

10 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Vendas	2020	2019
Vendas	861 675,35	868 709,07
Quotas e Jóias	2 440,00	14 725,02
serviços secundários/Refeitório	34 238,93	84 134,07
TOTAL	898 354,28	967 568,16

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não existem factos que justifiquem a constituição de provisões em 2020.

Passivos contingentes

Nos passivos contingentes salienta-se o valor de 70.400 euros liquidado pela Autoridade Tributária (AT) relativo ao IMI do CRPCCG. Refira-se que a APCL, sendo uma IPSS, está isenta do pagamento deste imposto. Assim, foram diligenciados os procedimentos ao dispor, nomeadamente reclamação graciosa apresentada à AT e recurso hierárquico sendo os mesmos indeferidos. A Direção da APCL mantém a convicção que este processo terá um desfecho favorável à instituição e como tal recorreu em 2020 à via judicial. No entanto, por razões de prudência, foi reconhecido no balanço na rubrica de outras contas a pagar o valor de 84.395,01 euros. Prevê-se um desfecho favorável desta situação em 2021.

Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.ª Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado. Em 2019 foi confirmado que a irmã da Sr.ª Eglantina já faleceu e que a única parente viva é a sobrinha.

12 Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Subsídios doações e legados à exploração	2020	2019
Subsídios à exploração	3 068 647,18	2 941 294,89
ISS,IP - Centro Distrital	2 646 686,74	2 574 198,14
IEFP	159 244,24	254 789,55
Autarquias	218 142,36	90 504,06
INR	15 921,50	18 781,99
IEFP MAREESS	19 993,34	
CML DAFD/2020 - APOIO ESPECIAL	2 955,00	
SCML APOIO ESPECIAL COVID	2 000,00	
PCAND	3 704,00	3 021,15
Doações e Heranças	107 102,01	141 049,61
Total	3 175 749,19	3 082 344,50

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2019 e 31/12/2020, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.



14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

15 Gastos com Pessoal

Ao serviço da APCL esteve em 2020 o número médio de 214 pessoas. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2020	2019
Remunerações do pessoal	2 315 122,87	2 213 840,49
Compensação rescisão contrato de trabalho	7 118,39	5 573,37
Encargos com remunerações	493 486,86	472 420,11
Seguros de acidentes de trabalho	63 964,56	62 157,49
Outros gastos com pessoal	41 194,14	14 002,14
Total	2 920 886,82	2 767 993,60

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas ainda as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2020	2019
Fundo de reestruturação Sector Solidário	5 630,06	5 630,06
Fundo Compensação trabalho	25 656,75	18 275,12
Total	31 286,81	23 905,18

O montante 31.286,81 euros refere-se a retenções efetuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Fundadores Bene.Patroc. Doadores/Associados/Membros	2020	2019
ACTIVO		
	0,00	0,00
PASSIVO		
	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Creditos a receber	2020	2019
Utentes valor Bruto	95 044,94	76 800,76
Utente cobrança duvidosa	21 646,82	21 646,82
Utentes perdas por imparidade	-31 708,54	-31 708,54
Utentes - Valor liquido	84 983,22	66 739,04

As rubricas de “Utente cobrança duvidosa” e “Utentes perda por imparidade” foram constituídas em períodos anteriores a 2017 e os valores respetivos serão reavaliados no exercício de 2021.

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2020			2019		
	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido
Pessoal	53,69		53,69	0,00	0,00	0,00
Devedores p/ acrescimo de rendimentos	2 195,31		2 195,31	0,00	0,00	0,00
Associados / Quotas	24 537,77		24 537,77	26 474,14	0,00	26 474,14
Outros devedores	24 827,35		24 827,35	9 321,09	0,00	9 321,09
Projectos/subsidios	910 873,74		910 873,74	1 116 908,03	0,00	1 116 908,03
Fornecedores c/c	16 281,40	8 121,84	8 159,56	16 057,63	8 121,84	7 935,79
Utentes - Valor liquido	978 769,26	8 121,84	970 647,42	1 168 760,89	8 121,84	1 160 639,05

Em 2020 não se verificou a necessidade de alterar o valor das perdas por imparidades relativamente a fornecedores em 2020, mantendo-se o valor de 8.121,84 euros de 2019.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2020	2019
ACTIVO		
Gastos a reconhecer	15 254,80	27 453,93
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer	927 344,98	1 084 345,27

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários	2020	2019
Caixa	3108,82	2660,34
Depositos à ordem	181502,35	129545,53
Depositos a prazo	8 650,68	4 650,68
Total	193 261,85	136 856,55

17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2020 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais. NA contabilidade de 2020 mantiveram-se segregados os saldos correspondentes aos “Resultados transitados” e “Excedentes de revalorização”. Esta segregação originou os ajustamentos refletidos no quadro de 2019 já publicitado nesse exercício.:

2020					
Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Aplicação resultados líquidos	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 453 129,87	42 295,92			-1 410 833,95
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 960 945,67			-102 391,62	1 858 554,05
Resultado líquido do período	42 295,92	-42 295,92		-32 947,04	-32 947,04
Totais	12 311 084,55	0,00	0,00	-135 338,66	12 175 745,89

2019					
Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Aplicação resultados líquidos	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 585 086,36	84 199,28	47 757,21		-1 453 129,87
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	2 020 456,78		46 943,00	-106 454,11	1 960 945,67
Resultado líquido do período	84 199,28	-84 199,28	42 295,92		42 295,92
Totais	12 280 542,53	0,00	136 996,13	-106 454,11	12 311 084,55
	Correção ao exercício de 2017		47 757,21		

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 2020 e 2019 são os seguintes:

Fornecedores	2020	2019
Fornecedores c/c	150 246,93	161 929,61
Fornecedores de investimentos	70 556,16	9 225,00
Total	220 803,09	171 154,61

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

2020

Prestação de contas



Estado e Outros entes Publicos	2020	2019
ACTIVO		
Imposto s/ Rendimentos - retenções	139,80	98,96
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	62,83	62,83
Imposto Valor Acrescentado (IVA)	54 602,71	16 317,18
Outros impostos e taxas		
TOTAL	54 805,34	16 478,97
PASSIVO		
Imposto s/ Rendimentos - a recuperar	40,84	
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	15 265,64	13 352,51
Imposto Valor Acrescentado (IVA)		935,97
Segurança Social	53 197,51	46 496,26
Outros impostos e taxas	3 004,78	2 774,89
TOTAL	71 508,77	63 559,63

TOTAL DE IVA CONSIDERADO	54.602,71 €
IVA Alimentação recuperado em 2021	
Periodo	Valor Data Pedido
abr-20	70,05 € 3-fev-21
mai-20	604,56 € 3-fev-21
jun-20	674,46 € 3-fev-21
jul-20	757,50 € 3-fev-21
ago-20	642,33 € 3-fev-21
set-20	696,67 € 4-fev-21
out-20	2.111,87 € 21-set-21
nov-20	716,91 € 21-set-21
dez-20	1.244,51 € 21-set-21
Total reembolsos solicitados	7.518,86 €
Crédito IVA 4º Trimestre 2020	190,53 €
IVA a TRF para Ativos em 2021	24.173,46 €
TOTAL IVA Recuperável	31.882,85 €
Perda Potencial	22.719,86 €

17.11 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Handwritten signature and initials
AR

Outros passivos correntes	2020	2019
Pessoal	17 380,75	5 444,75
Clientes c/c saldo credor	11 020,57	12 525,68
Credores por acréscimos	180 720,65	180 520,41
Estimativa de férias e subsídio de férias	327 809,74	321 081,93
Outros credores	19 855,93	24 150,53
Total	556 787,64	543 723,30

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2020	2019
Serviços especializados	299 067,54	352 072,06
Materiais	24 035,61	22 911,42
Energia e fluidos	154 866,25	170 060,03
Deslocações, estadas e transportes	1 756,61	5 447,02
Serviços diversos	115 252,42	138 516,35
Total	594 978,43	689 006,88

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” desdobra-se da seguinte forma:

Outros rendimentos	2020	2019
Rendimentos suplementares	51 244,05	41 248,57
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,00	6,67
Rendimentos e ganhos em invest. n/ financeiros		181,60
Outros rendimentos	103 904,63	163 149,96
Total	155 153,68	204 586,80

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2020	2019
Impostos	1 073,78	
Perdas em inventários		
Dividas incobráveis	1 539,35	13 529,07
Outros gastos e perdas		2 475,00
Gastos c/ apoios concedidos a associados e utentes	125 369,62	80 355,16
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	50 785,72
Total	127 982,75	147 144,95

17.16 Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Juros e gastos similares suportados	2020	2019
Gastos		
Juros de financiamento	42 679,78	48 139,60
Juros de mora e compensatórios	79,59	4 257,68
Outros juros	602,36	772,56
TOTAL	43 361,73	53 169,84

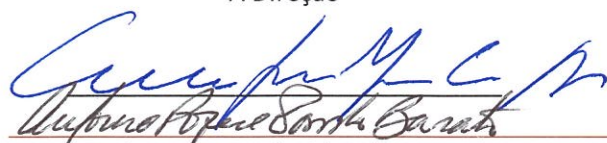
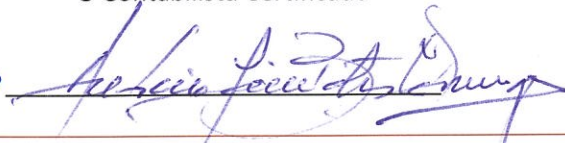
17.17 Acontecimentos após data de Balanço

No primeiro trimestre de 2021 mantiveram-se muitas das condicionantes que a epidemia denominada Covid-19, decretadas pelo Governo, desde 11 de março de 2020. A atividade da APCL não é imune a acontecimentos desta natureza e grandiosidade, nem às medidas que inevitavelmente os governantes tiveram de decretar com forte repercussão económica e financeira, transversal a todos os sectores da atividade Económica. Tendo como principal objetivo a minimização do impacto nas respostas sociais da APCL, até à data do presente relatório, só é possível confirmar que se verifica um êxito relativo na manutenção dos serviços prestados por esta IPSS no âmbito do seu objeto estatutário. O impacto causado pelas medidas decretadas governamentalmente em 2021 e os apoios financeiros igualmente decretados pelo governo e disponibilizadas pela segurança social já refletidos no resultado negativo do exercício de 2020 deverão manter-se com a expectativa de uma melhoria significativa no exercício de 2021. Não foi possível estimar/quantificar com razoável grau de confiança, as perspetivas de normalização económica anunciadas para o segundo semestre do exercício de 2021 anunciados por diversas fontes oficiais. Os possíveis efeitos que dela decorrem não serão significativos, mantendo-se a convicção de que as circunstâncias do exercício económico de 2021 mantendo a excecionalidade própria do combate à pandemia, não colocam em causa a continuidade das operações da APCL em 2021 e nos exercícios subsequentes.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral a realizar em setembro de 2021.

A Direção

O Contabilista Certificado

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa – APCL
Avenida Rainha D. Amélia – 1600-676 Lisboa
NIF:506610624

16/16

André Fernandes Coelho

APCL

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

NIF 506610624